



Presidente p.2

“O Governo não quer mudar nada”



Presidente p.14

Álvaro Almeida “pode ajudar a recuperar” o tempo perdido

# POVO LIVRE



n.º 1980  
6 de setembro de 2017

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, n.º9, 1249-087 LISBOA  
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>

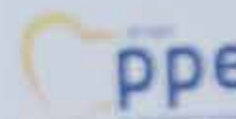
## MAIS ESTABILIDADE, MENOS DESIGUALDADES

### DE VERÃO 2017

CASTELO DE BRANCO 1. AGOSTO A 3. SETEMBRO



UNIVERSIDADE  
DE VERÃO 2017



ppe

O presidente do PSD encerrou a 15.ª edição da Universidade de Verão

### UNIVERSIDADE DE VERÃO





## Festa do Pontal

# “O Governo não quer mudar nada”

Foi na festa do Pontal que o presidente do PSD afirmou que a atual conduta do Governo se pauta por ser de “populismo, demagogia e disfarce, e é impressionante o que se tem vindo a passar” e que o Governo se rege por uma “cultura de direitos adquiridos e não numa cultura política”.

Pedro Passos Coelho denunciou, dia 13 de agosto, que o eleitoralismo levado a cabo pelo Executivo, que efetivou um aumento extraordinário de pensões a pouco mais de um mês das eleições autárquicas. “Se fosse qualquer outro governo a fazer isto, o que não andariam a dizer. Interessa pouco que uma parte desse aumento possa ser consumido pelo aumento das comissões da CGD, assim como pelos impostos indiretos que têm implementado. A realidade mostra uma coisa muito diferente da retórica do Governo. Mas nunca calarão o PSD para denunciar a maneira populista e demagógica de quem está no Governo”, disse.

Tal como o líder da oposição afirmou, “um Governo deve ser independente, isento e imparcial, mas nenhum destes verbos joga com a geringonça. Continuamos a ter muita demagogia, populismo e disfarce, usado para coisas que não correm bem.”

Pedro Passos Coelho salientou os dados positivos que se têm vindo a registar no emprego, mas lembrou que o que se pratica é um modelo assente em baixos salários: “quase ao mesmo tempo que saem os números de desemprego, o INE mostra que é cada vez maior a parcela dos que ganham o salário mínimo nacional. É isto que se está a passar. O emprego gerado não traz mais rendimento do que o que existia antes, e o Governo não sabe explicar isto. São os baixos salários a sustentar a economia”.

Para que a situação se revertesse, era necessário “fa-



zer as reformas que iniciámos e aproveitar a conjuntura, pois o futuro depende do fôlego que tivermos hoje para o preparar”.

## Cumpridos dois anos da legislatura, Portugal está adiado

Passados dois anos, “vemos que a vontade do Governo mudar alguma coisa que não seja por razões populistas ou demagógicas ou está na gaveta ou não está nas suas intenções. Quem governa hoje, seja do lado do Governo

seja da geringonça, não tem um espírito reformista”, denunciou Pedro Passos Coelho.

Tal foi notório nas reversões. É necessária uma cultura política, em que cada vez que olhamos para o futuro, exigimos capacidade de nos libertarmos do presente, e tal deve poder equilibrar a cultura dos direitos e dos deveres. “A geringonça vive da cultura dos direitos adquiridos”, ilustrada na priorização da reposição dos salários, na reversão da privatização da TAP, na “lei Mortágua”, assim como nas medidas tomadas que promovem o facilitismo na educação. Tal cultura exclui o futuro.



O que se verifica com este Governo é um regresso ao Portugal de 1979, antes das revisões constitucionais de 1982 e 1989. Não espanta, por isso, “que esta geringonça tenha proposto que a câmara municipal de Lisboa não pudesse concessionar o serviço da Carris. No futuro, o município de Lisboa estará impedido de concessionar a privados a gestão de uma empresa. É uma questão de como vemos os setores numa atividade económica, e o Parlamento não a pode tratar de qualquer maneira. Tratando-se de uma matéria destas, talvez não se possa ultrapassar o veto do Presidente da República com uma maioria absoluta”.

“Estão a reescrever e reinterpretar a história da Constituição portuguesa para se voltar aos tempos de 1979”, denunciou o líder social-democrata. Este Governo “está com imobilismo no que diz respeito ao futuro, não quer mudar nada. Se a geringonça não quer mudar nada para



futuro, percebemos um pouco melhor porque é que os dois próximos anos não sejam os que nos prometam desenvolvimento e prosperidade”. Pelo menos vão cumprindo as metas de Bruxelas nos Orçamentos de Estado que vão apresentando.

Em dois anos, não houve avanços na reforma do Estado, nem na descentralização, nem na reforma laboral, nem na reforma da Segurança Social. “O PSD deposita confiança nos beneficiários. Mas o Governo não quer resolver o problema, só quer por lá dinheiro, e isso não chega. Cada vez que propomos algo para que a reforma seja feita, rejeitam-na”, tal como continuam a rejeitar a reforma no sistema educativo, assim como da Saúde.

“Diziam que estávamos a destruir o SNS, mas nós pagámos as dívidas e conseguimos maior sustentabilidade financeira”, disse. Hoje em dia, as dívidas aumentam, e as dívidas dos hospitais aumentaram quase 200 milhões de euros, verificando-se também um atraso no pagamento a fornecedores. Isto reflete-se na qualidade do serviço.

Recentemente, até o reitor da Universidade de Coimbra disse que o Governo fez o maior ataque à escola pública do ensino superior na escola da democracia.

Na Autoeuropa, “sintomaticamente, os membros da comissão de trabalhadores foram-se demitindo, por não conseguirem responder à pressão dos sindicatos. A







partir do próximo ano, a Autoeuropa vai exportar novos modelos”, graças a negociações alcançadas durante o governo anterior. “As nossas negociações levaram ao desenvolvimento e vamos aumentar muito as exportações para o ano”, disse.

Sempre que o PSD propõe “algo construtivo, recusam, porque estão imbuídos do espírito, da cultura miope em relação ao futuro. Esta cultura destrói os progressos democráticos que o País foi fazendo ao longo dos anos.” Esta forma de Governo baseia-se “na disponibilidade de dinheiro. Enquanto a conjuntura for favorável, a coisa vai. Se um dia o ciclo muda, aí vêm os problemas. O País vive com um Governo esgotado, o País está financeiramente cativado. Ainda hoje negam o plano B. O País está cativado porque o Governo não tem coragem de dizer que o que o País precisa não é aquilo que o Governo faz.”

“Vejam as alterações que foram feitas à lei de estrangeiros, que na prática permitem que qualquer pessoa possa ter autorização de residência em Portugal desde que arranje uma promessa de poder ter um contrato de trabalho. E já que o Estado deixará de ter condições para



simplesmente expulsar alguém que possa, sendo imigrante, ter cometido crimes graves contra a própria sociedade portuguesa”, disse, acrescentando que “pergunto o que vai acontecer ao país seguro que temos sido se se mantiver esta nova forma de qualquer um residir em Portugal”. O PSD não cede à facilidade, ao radicalismo, à demagogia. “Nós gostamos que as pessoas possam ver realizados os seus direitos. Sem equilíbrio, o País ficará preso ao passado. Se queremos ter mais, não nos podemos ‘geringonçar’, mas sim reformar”, disse.

### Governo não aprende com os erros do passado

Já muito tempo passou desde a tragédia de Pedrógão. Na altura, o PSD chamou a atenção para a necessidade de aprender com os erros e preparar o resto da época, para que as pessoas se tranquilizassem. Mas fizeram o contrário.

“Deixo um grande elogio às populações e aos bombeiros pela forma como têm lidado com este problema dramático. Temos um espírito de solidariedade para com os afetados, mas passam-se os meses e o País continua a arder. E a Proteção Civil, que existe como resposta ne-

cessária para que as pessoas possam ter maior segurança, continua a falhar. É patente a descoordenação, é impressionante como assistimos ao esforço dos operacionais e percebemos que perante um imprevisto aparece um passa-culpas”, disse Pedro Passos Coelho.

O primeiro-ministro usou uma entrevista para fazer uma acusação à PT, por causa das falhas do SIRESP. Mas ainda não há muito tempo, o primeiro-ministro dava outra entrevista em que desvalorizava as falhas do SIRESP que tinham ocorrido.

Ora, o SIRESP “tem a cara do primeiro-ministro, foi aprovado por ele. Depois do Tribunal de Contas ter inviabilizado o contrato, António Costa resolveu adjudicar esta PPP sem concurso. Os termos são os da sua assinatura. Neste fim-de-semana, veio dizer que as falhas são graves e que podem ter consequências sérias para a PT. A preocupação é com o SIRESP ou pela Altice que demonstrou em investir na economia nacional, não tendo ido ao beija-mão ao primeiro-ministro? Haverá uma altura em que falaremos a sério de responsabilização política. Ainda não é altura, mas não se pode guardar silêncio, como aconteceu nos bombeiros. Não nos podemos calar ou silenciar. Como a época dos incêndios ainda vai a meio, espero que o





Governo aprenda com os erros e emende a maneira de reagir, para que se possam apurar as responsabilidades, sem os membros do Governo a apontar o dedo”.

## PSD apresenta-se com 70 mil candidatos às autárquicas

No Governo ou na oposição, o PSD é um grande partido, “capaz de mobilizar os melhores para prestar as melhores provas de que Portugal pode contar connosco quando for tempo de se preparar o futuro”, assegurou o presidente social-democrata.

“O PSD tem mais de 70 mil candidatos em todo o País. Somos um grande partido de implantação nacional e autárquica. De um modo geral, as autarquias lideradas pelo PSD estão à frente no modelo de desenvolvimento e crescimento, e somos úteis ao País. Este ano, temos de renovar os compromissos e votos de absoluta dedicação à comunidade e aos portugueses, com um projeto ao serviço deles”, assegurou.

Considerado o mais emblemático encontro partidário do país, a festa do Pontal decorreu no Calçadão de Quarteira, e contou com a presença de militantes e simpatizantes de várias gerações.







15.ª edição da Universidade de Verão

## Mais estabilidade, menos desigualdades

O governo liderado pelo PSD tomou a opção de devolver às famílias 400 milhões de euros no IRS, recordou Pedro Passos Coelho, no domingo, 3 de setembro, no encerramento da Universidade de Verão, em Castelo de Vide, distrito de Portalegre. O líder social-democrata contrapôs o passado ao presente: "O Governo [atual] queixou-se da dificuldade que isso lhe levantava para a meta do défice e agora anda a discutir se, em vez desses 400 milhões de euros, conseguem encontrar um alívio de 200 milhões". "O nosso era péssimo mas este, que vai pela metade, é ótimo", ironizou, questionando: "Não há ninguém que se escandalize um bocadinho com esta falta de pudor?"

Em causa está o alívio fiscal que o governo anterior alcançou ao tomar a opção de associar a uma medida ambiental – a reforma da fiscalidade verde – a uma redução da carga fiscal para as famílias numerosas "É uma medida de política", uma "escolha", apontou Pedro Passos Coelho. Escolha essa que permitiu um alívio fiscal que é o dobro que o atual governo tem referido. Mas as medidas da reforma fiscal do governo anterior foram revertidas pelo atual, como o quociente familiar. E agora estará em curso o plano para alterar o número de escalões do IRS.

"Temos insistido que era importante que o Governo não perturbasse a estabilidade fiscal, quer dizer, a reforma do IRS que foi feita no passado e que reduziu o número de escalões de tributação para cinco", descreveu Pedro Passos Coelho.

"A instabilidade fiscal raramente traz benefícios", "era importante que a folga que o Governo entender que existe, ou não havendo folga, que as diferentes escolhas entre tributação que queiram fazer possa refletir-se sobre os escalões que já existem", assim como o governo anterior preferiu fazer.

Pedro Passos Coelho questionou por que motivo o Governo não diz às pessoas que medidas, como, por exemplo, a contratação de professores, precisava de seguir as pisadas dos seus antecessores, mas que precisa, afinal, de ir mais devagar. "As pessoas perceberiam", mas



o Executivo de António Costa não o faz "pela obsessão de não fugir ao paradigma em que quiseram meter o governo anterior".

"Hoje, só têm a preocupação de apresentar as suas escolhas de forma tão dissimulada" que não permite fazer o confronto com a realidade. "É a preocupação eleitoral", acusou o presidente social-democrata. "Se a preocupação fosse outra, os termos da discussão mudavam completamente."

Pedro Passos Coelho contestou as declarações sobre

progressividade fiscal que a maioria vai proferindo, descrevendo que "quase metade dos portugueses não paga sequer IRS porque não tem capacidade para o pagar e, em reverso, 1,1% dos agregados familiares fiscais gera praticamente 30% da receita de IRS". "Quando metade não paga e 1% paga quase 30%, sendo que no último escalão, descontando o impacto da Segurança Social, é quase metade o que se entrega ao Estado, isto é falta de progressividade?" "Estão a falar a sério?", questionou o líder do PSD, deixando um importante aviso: "Acho que



estamos na fronteira do que a progressividade pode trazer entre benefício e prejuízo”.

Esta não é a escolha do Governo. O Presidente do PSD lembrou os resultados da estratégia orçamental de António Costa e Mário Centeno: a Conta Geral do Estado demonstrou que, “apesar da suposta normalidade que o Governo vende, percebemos que houve áreas orçamentais que tiveram uma execução inferior àquilo que se obteve em 2015”, quando o governo que Pedro Passos Coelho liderava era criticado pelos seus orçamentos, na saúde, educação, investimento.

Agora, “gastou-se menos em termos nominais do que em 2015, portanto, isso representa um corte absoluto nessas áreas face a 2015” e não são de esquecer cortes relativos em “setores das políticas públicas”, onde “os aumentos de despesa gerados se deveram sobretudo ao aumento da despesa salarial. “Se a isolarmos, ainda ficou menos para gastar do que no ano anterior”. “Aqui temos um corte relativo e, por trás dele, um corte absoluto, porque esses serviços passaram a ter menos do que no ano anterior para prestar o serviço às populações.”

“Ainda bem que o governo atingiu a meta do défice”, saudou novamente Pedro Passos Coelho, mas não sem alertar para o facto de se esconder a forma como os resultados foram atingidos. “O Governo fez uma escolha: dar prioridade à recuperação salarial em detrimento de manter o mínimo de qualidade nos serviços públicos em áreas do Estado que são relevantes, como a segurança interna e a proteção civil, a justiça, a saúde, a educação, a ciência e a tecnologia”. “Tudo áreas em que, em termos de despesa de investimento, o Governo gastou menos do que o governo anterior, que tanto criticava por gastar pouco”, rematou.

Mas o Executivo de António Costa não assume essa sua escolha publicamente, porque, explicou o líder do PSD, “justificou a geringonça com a enorme crispação que existia na sociedade, gerada pelo excesso de austeridade do período anterior”. A tal austeridade excessiva a que os



atuais governantes aludem, esquecendo-se de que são os mesmos que, no último governo socialista, aplicaram as medidas de restrição orçamental.

“Se o Governo tivesse reconhecido isso e feito com transparência a opção que tomou, entrava em contradição: afinal a austeridade já não era excessiva”, continuou, dando o exemplo dos impostos indiretos. O governo de António Costa carregou nos impostos indiretos. Uma opção que, para Pedro Passos Coelho, não traz justiça social “porque pagam todos da mesma maneira”, os que têm maiores rendimentos e o que menos têm. “Sendo um princípio de justiça social, não foi seguido por este governo”, que preferiu “iludir” as pessoas, numa habilidade política que Pedro Passos Coelho reconheceu. Mas, para o Presidente do PSD, pode ser uma habilidade, mas não é justo do ponto de vista social nem corresponde aos ideais que o PSD defende para Portugal.

## Portugal está sem estratégia

Num momento em que o Governo falha em apresentar qualquer estratégia para o futuro do país, Pedro

Passos Coelho recordou o que os social-democratas querem para Portugal.

“Que Portugal possa viver com menos solavancos externos”, sendo o único país entre os europeus a ter passado por três intervenções externas. Mas, para isso, “é importante baixar o nosso nível de endividamento, ser disciplinado, conseguir gerar dinâmica económica que possa atrair confiança dos investidores”, porque, “sem eles, não temos os meios necessários nem para pagar o que devemos nem para investir no futuro” e “sabemos que o Banco Central Europeu não vai andar a vida toda a ajudar-nos a resolver o peso deste problema”, apontou.

“Queremos uma sociedade que pense no futuro”. O presidente do PSD questionou a falta de preocupação que se vê atualmente por os níveis de poupança das famílias serem os mais baixos de sempre.

“Queremos uma sociedade aberta para corrigir as

desigualdades”. Para o presidente do PSD, é preocupante que “haja tantos que não têm o indispensável”. “O problema é definir um patamar mínimo em que toda a gente possa viver com dignidade e elevar as condições que permitam que cada um possa aspirar a ter, pelo menos, o indispensável para viver com dignidade”. E este é um objetivo crucial do qual, infelizmente, Portugal ainda está longe, acrescentou.

Pedro Passos Coelho reiterou a grande disparidade de rendimento entre os que têm muito e os que têm pouco. Mas Portugal vive com outras desigualdades além do rendimento, como as influenciadas por questões geográficas e geracionais. Contudo, “o governo gosta de resumir esta discussão à despesa pública, à redistribuição e àquilo que o Estado deve dar”, criticou o orador. “É uma discussão muito pobre.”

“Queremos um país que possa ser mais bem-sucedido”.







do no combate a estas desigualdades”, rematou.

“Queremos um país mais tolerante, mais aberto”, que “esteja no mundo como quem está cidadão da globalização”. Portugal deve ser um país a olhar para o mundo “mas sem ceder na segurança, nos valores e nos objetivos que queremos alcançar”, apontou, recomendando que sejam tomadas medidas relevantes dada a conjuntura externa atual.

Pedro Passos Coelho desafiou o Governo a dizer se já discutiu entre a maioria parlamentar a adesão de Portugal ao Mecanismo de Cooperação Reforçada. “Os países europeus ficaram de, até setembro ou outubro deste ano, dizerem se querem ou não participar” naquele mecanismo, para desenvolver metas comuns na área da defesa e da segurança europeias. “Nas reuniões que o Partido Socialista vai fazendo com o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista para o leilão orçamental, já fizeram alguma para saber se Portugal deve integrar ou não” o novo mecanismo comunitário, perguntou Pedro Passos Coelho. Já foi debatida a aliança com a NATO para este mecanismo, no âmbito das reuniões com o PCP, questionou. E em termos orçamentais, haverá reforço de investimento na defesa? “Vão fazer algum investimento com o apoio do BE e do PCP para trabalhar num Portugal que se possa defender melhor?”, referiu o líder da oposição.

## Governo quer consensos para estratégia completamente desfocada

O Governo não fala de futuro e não desenvolve uma ação reformista para o preparar, apesar de ter condições excecionais para o fazer.

“Portugal conseguiu fechar a assistência externa com sucesso e não depender nem do FMI nem da União Europeia para se poder financiar”.

“Portugal fez, nos últimos anos, um conjunto de reformas importantes que suportam hoje um desempenho mais favorável” da economia, como reconhecem várias instituições.

Portugal “beneficia do preço do petróleo muito mais favorável do que aconteceu no passado e que podia permitir melhorar ainda mais as nossas exportações”, tornando-as mais atrativas.

O Governo “não se pode queixar de falta de estabilidade política”, porque, pelo menos aí, “a geringonça funciona”, concluiu Pedro Passos Coelho.

Mas também “não se pode queixar de falta de cooperação do Presidente da República, porque ela tem sido permanente e efetiva”, acrescentou.

O Governo “não se pode queixar de intolerância de



Bruxelas, pelo contrário: uma vez que já estamos fora do programa de ajustamento, podemos beneficiar de maior flexibilidade e tolerância de Bruxelas”.

“E também contra com enorme tolerância de parceiros da sociedade civil”, elencou o Presidente do PSD, “uns porque têm medo de se opor, outros porque estão convictos de que o que o Governo está a fazer é do seu interesse”.

“São tantas as condições para que o Governo possa preparar algo com sentido estratégico de futuro”, mas “por que não o faz?”, questionou o líder da oposição. O único objetivo traçado para o futuro, o “desígnio que se extraiu de uma entrevista de verão do primeiro-ministro”, foi a necessidade de uma maioria parlamentar de dois terços para um consenso sobre obras públicas.

“E nós perguntamos: um consenso sobre obras públicas para futuro? Então, o Governo adiou o consenso que existia sobre todas as obras públicas relevantes, que podiam até ser financiadas pelo Portugal 2020” e que vai ter de reprogramar porque adiou esses investimentos para cumprir metas, e pede consenso para obras públicas, interrogou Pedro Passos Coelho, lembrando

que o primeiro-ministro reconheceu, com este apelo, que a geringonça não pode assegurar um compromisso de longo prazo.

“Quais são as grandes obras públicas de que precisamos para pôr a economia a crescer?”, para que as exportações possam valer mais de 50% nos próximos anos, para que Portugal possa estar entre os cinco melhores países em termos de ambiente favorável aos negócios, que atraia investimento e dê sustentabilidade à recuperação económica.

Quais são as grandes obras públicas “que nos podem trazer um ensino mais exigente e qualificado” para colocar Portugal a um nível de maior desempenho.

Pedro Passos Coelho é perentório na conclusão: “a aposta estratégica está completamente desfocada” porque estes objetivos, que são os essenciais para Portugal crescer e ter mais desenvolvimento social, não dependem “de grandes obras públicas para futuro”. Tomara a Portugal fazer as obras já programadas, apelou o orador.

E, num recado ao primeiro-ministro, afirmou que “estão mal definidas as prioridades deste governo”, porque pede consensos para o que é secundário e desvaloriza



o que é essencial – a reforma do Estado, a reforma da Segurança Social, as reformas nas áreas da saúde, da justiça e da educação.

Estas são as prioridades do PSD hoje, na oposição, e serão as mesmas no Governo, assegurou Pedro Passos Coelho, reiterando que o combate político do PSD estará focado nestes objetivos, com a tolerância que caracteriza o Partido.

“Não temos a arrogância de achar que temos o direito divino de governar e vivemos bem na oposição, como vivemos bem no governo quando isso resulta da escolha dos portugueses. Temos a humildade de debater com os outros as nossas opções sem os insultar e os desqualificar, promovendo o confronto de ideias.” E este é o espaço democrático para atrair os jovens para o debate político, disse Pedro Passos Coelho à audiência da Universidade de Verão. Os jovens poderão ter “mais interesse pela política” se não for um “combate de galos”, mas de ideias, factos e argumentos, “para ajudar a transformar o país”.

## PS ignora problema da Autoeuropa, PCP e BE negam partidarização

A discussão política atual remete-se, contudo, à espuma dos dias, em que o PSD não entra. “À medida que o tempo vai passando, essa espuma dos dias vai-se tornando mais espessa. Veja-se o caso da Autoeuropa, empresa modelo, que conseguimos ainda no nosso tem-



po que recebesse do seu investidor um reforço de mais de 700 milhões de euros de investimento para duplicar a partir de 2018 a capacidade de produção e exportação e contratar cerca de mais dois mil novos funcionários para a empresa”.

“O que é que se passa hoje? Uma partidarização do conflito laboral.” Citando comentários que têm sido feitos sobre o tema, Pedro Passos Coelho demonstrou que a partidarização do conflito laboral existente, que outros atores políticos apontaram, é, para alguns, uma “crítica estúpida”.

A mesma instrumentalização existe no caso PT/Altice em que, como no que à Autoeuropa diz respeito, o “Partido Socialista faz como se não tivesse nada a ver com ele”, deixando BE e PCP a falar sobre os temas.

## Intolerância não tem lugar em democracia madura

Aos jovens, Pedro Passos Coelho saudou o impacto positivo da Universidade de Verão deste ano na discussão pública e mediática e criticou as reações políticas que lhe sucederam. “É muito importante anotar que muitas das reações a várias intervenções feitas da Universidade de Verão foram intolerantes, incompreensíveis nos tempos que vivemos, dentro da cultura democrática que é a nossa”.

O presidente do PSD deixou a pergunta: “Como é possível que alguém possa indignar-se por um ex-Presidente da República, quando resolveu dentro do seu exercício



cívico analisar a situação portuguesa e europeia e apresentar a sua visão crítica da política?” “O dr. Cavaco Silva não tem direito a exprimir a sua opinião? Se o fizer, tem logo de ser o ressabiado, aquele que precisa de palco?”

O presidente do PSD criticou fortemente aqueles que desconsideram e tentam desqualificar os autores de críticas que lhes são dirigidas. “Esta não é uma forma madura de discutir a política nem de viver a democracia”, anotou.

O mesmo aconteceu com o deputado Paulo Rangel, quando descreveu os cortes que o Governo encetou e para os quais o PSD tem vindo a chamar à atenção. “Esperar-se-ia que a reação pudesse basear-se nos factos, demonstrar que não é assim, mas é muito mais fácil chamar mentiroso a alguém do que desmontar a mentira, em particular quando ela corresponde à verdade”, disse Pedro Passos Coelho.

## Universidade de Verão, uma escola de liberdade

A Universidade de Verão (UV) é “uma escola de liberdade inscrita no seu código genético. E, desde logo, da liberdade de expressão”, afirma o diretor da iniciativa Carlos Coelho, depois de António Costa a ter classificado de “escola de maledicência”.

Carlos Coelho recordou, na segunda-feira, que dezenas de personalidades destacadas da vida política, económica, social e cultural portuguesa têm passado, ao longo dos últimos 15 anos, pela Universidade de Verão e fizeram-no em total liberdade. Entre essas figuras, encontram-se prestigiados militantes socialistas, tais como Mário Soares, Jaime Gama, António Vitorino, Guilherme d’Oliveira Martins, Correia de Campos, João



Proença, Luis Amado, Joel Hasse Ferreira e, na edição de 2017, Sérgio Sousa Pinto.

O diretor da UV lembrou que “democracia é também aceitar opiniões diferentes”. Informou que “os alunos da Universidade de Verão sabem-no bem e o primeiro-ministro devia percebê-lo antes de cair no insulto e na desconsideração”. Considerou, portanto, que “não é bom para o chefe do Governo cristalizar-se a ideia que recorre sistematicamente ao insulto sempre que não tem resposta ou quando a realidade o desmente”.

Também o deputado Duarte Marques considera “lamentável” que, “quando encurrulado na sua mentira e sem argumentos, o primeiro-ministro e o porta-voz do PS fujam sempre para o insulto, para a mentira ou para a calúnia”. “Será que para António Costa, personalidades como Mário Soares, Jaime Gama, Sérgio Sousa Pinto, António Vitorino ou Luís Amado ou até Marcelo Rebelo de Sousa, são professores de “maledicência?”, interrogou o deputado. Acrescentou ainda: “tiques não da ‘Escola de Castelo de Vide’, mas provavelmente da ‘Escola Socrática que não a grega”.

## 15.ª edição abordou os principais desafios do futuro

Carlos Coelho fez um balanço encorajador da 15.ª edição, destacando “a qualidade das participações, tanto dos professores convidados, como do grupo de alunos”. Explicou que “não só discutimos os temas de maior atualidade, como tivemos as melhores pessoas para os discutir. Conseguir juntar um antigo Presidente da República, o Comissário Europeu português e académicos de primeira linha como Miguel Poiães Maduro ou Maria Manuel Mota foi um privilégio para os nossos alunos que, na verdade, protagonizaram momentos de debate com uma grande elevação. Saio de Castelo de Vide com confiança redobrada nesta geração de jovens que, pude testemunhar, está absolutamente comprometida com as grandes causas nacionais”.

Para o diretor da Universidade de Verão, “é natural que as intervenções de personalidades com a dimensão política de muitos dos nossos convidados sejam divulgadas e comentadas”. “Creio que a mediatização de muitas dessas declarações acaba por atestar a relevância da Universidade de Verão, como a maior e melhor ação de formação política realizada em Portugal. Estou convencido de que a força deste nosso projeto, que já leva 15 anos, está na liberdade: dos nossos convidados e dos nossos alunos. Todos os anos formamos 100 pessoas que, espero, saem de Castelo de Vide convictos de que podem mudar o rumo do País, pensando e agindo livremente”, enalteceu Carlos Coelho.

Desde 2003 que se realiza, em Castelo de Vide, a Universidade de Verão, uma iniciativa promovida conjuntamente pelo PSD, JSD, Instituto Francisco Sá Carneiro e PPE. Na edição deste ano, os incêndios florestais, o papel da Ciência no quotidiano e a competitividade da economia portuguesa foram abordados nas aulas, contando com intervenções de académicos, políticos e personalidades de reconhecido mérito profissional e técnico.



Pedro Passos Coelho na apresentação da candidatura de Armando Varela à Câmara Municipal de Portalegre

## Primeiro-ministro perdeu “a oportunidade para responder” à visão de futuro do PSD



António Costa “perdeu uma oportunidade” de “responder” à “visão” de futuro do PSD, nomeadamente na reforma do Estado. Na apresentação da candidatura de Armando Varela à Câmara Municipal de Portalegre, 3 de setembro, o presidente do PS incitou “o Governo a dissimular menos, a assumir com transparência os caminhos que toma para alcançar certos resultados”. “Esperava que, depois da demonstração que fizemos, o Partido Socialista e o chefe do Governo pudessem ter respondido, fundamentando a sua posição”. Contudo, e segundo Pedro Passos Coelho, “perderam a oportunidade para responder à nossa visão de futuro, desclassificando as intervenções e os interventores”.

“Que pena que o debate político esteja tão degradado”, frisou o líder do PSD, lamentando que “quem governa se preocupe apenas em rotular tudo aquilo que não seja a bajulação, o pensamento único que nos querem impor”. Por isso, quis deixar bem claro: “podem continuar nesse registo, mas continuarão a falar sozinhos”. Alertou, no entanto, para que PS e Governo “não se deixem equivocar em excesso com sondagens”, pois “as pessoas estão mais atentas do que parecem, há gente que não gosta desta maneira de estar na política e vai ouvindo o que nós dizemos”. Pedro Passos Coelho defendeu que nunca se deve deixar de falar para os portugueses e assumiu estar disponível para “ambicionar um futuro melhor”. “Escusam de nos arrastar para um pensamento de intolerância”, salientou.

### É importante ter um “desígnio estratégico”

O líder social-democrata afirma ser “muito importante” haver um “desígnio estratégico, uma ambição que não



seja apenas a de ganhar, mas de traçar metas e objetivos que nos possam transportar para um País melhor”. “É para isso que estamos na política”, assumiu. Reconhecendo que Portugal tem hoje “boas condições” e que pode “aproveitar melhor a conjuntura externa”, salientou que o país tem “beneficiado de reformas importantes que foram feitas no passado”.

Recordando o caso da Alemanha e de Angela Merkel, teceu uma crítica ao atual Executivo, dizendo: “os grandes países não desqualificam as políticas dos outros apenas porque são dos outros, procuram aproveitar o passado para poder projetar o futuro”. “Fizemos reformas importantes e fico satisfeito por ver que o país beneficia disso”, afirmou. Para Pedro Passos Coelho, “é preciso ver além da conjuntu-



ra, viver de mais do que das reformas feitas, porque têm uma execução limitada, não duram para sempre". Para que, no futuro, se possa "viver melhor" importa que se procurem "outras oportunidades, é preciso ser audaz, fixar objetivos ambiciosos e trabalhar para eles", aconselhou. "Não podemos contar só com as heranças", disse.

### **"Colocar o melhor que temos ao serviço dos outros"**

Pedro Passos Coelho referiu-se, uma vez mais, à importância dos autarcas, argumentando que "a nossa vida não depende apenas da ação dos governos. Lembrou que, nos municípios, a forma como cada presidente de câmara, e suas equipas, trabalha resultará na fixação de pessoas, na captação de investimento e, consecutivamente, na criação de emprego. Assim, para que haja "mais rendimento é crucial ter pessoas bem preparadas que possam fazer com que estas oportunidades se multipliquem para futuro", contribuindo para um "horizonte diferente". "É isso que queremos também no país", assegurou.

"O PSD tem uma estrutura muito própria quando se apresenta nas eleições autárquicas", informou o presidente. "O nosso objetivo é poder colocar o melhor que temos ao serviço dos outros", acrescentou. Denunciou que "quem está disponível para tudo raramente presta um bom serviço", para logo garantir que os social-democratas "não estão disponíveis para tudo", sendo "fiéis" aos seus princípios e tendo a "humildade" de corrigir o que for necessário. Tanto em cada região, como no país, o princípio é "servir todos", garantiu.

Pedro Passos Coelho dirigiu uma palavra de reconhecimento ao candidato ao município de Portalegre, Armando Varela, por ter aceitado "dar este passo para abrir outro ciclo importante neste concelho". Reconheceu o trabalho desenvolvido pelo candidato na Câmara Municipal de Sousel, afirmando que "mostrou a qualidade e preparação que tem".







Pedro Passos Coelho na apresentação de Constantino Silva à Câmara Municipal de Vila do Conde

## “Governo é um somatório de promessas”

O atual Executivo é “um somatório de promessas”. “Todos os dias fazem uma promessa nova, para influenciar as expectativas das pessoas, prometendo o mais simpático e omitindo o que permite que essas promessas se concretizem”, acusou Pedro Passos Coelho na apresentação de Constantino Silva à Câmara Municipal de Vila do Conde, sábado, 2 de setembro.

Na verdade, o que se verifica, é uma “ocultação que não traz qualidade à democracia, porque não assumem com transparência os resultados a que querem chegar e os meios a ter em conta”. Este não é o modo de governar do PSD, nem no Governo nem nos órgãos de poder local. Os social-democratas apresentam-se com “ambição e realismo, com os pés assentes na terra”, para ver como melhorar o presente. Tal como Pedro Passos Coelho afirmou, os autarcas do PSD não estão sentados “à espera que as coisas corram bem”.

“Claro que gostamos que corram bem, não temos uma visão negativa das coisas, mas não ficamos à espera que as coisas boas aconteçam. Queremos agarrar as oportunidades, não estando distraídos, queremos fazer com que as coisas aconteçam, e isso obriga a ter estratégia e sentido de futuro. Não queremos estar à espera que o tempo passe, de uma conjuntura favorável. Temos de trabalhar para que melhores oportunidades possam aparecer”, disse.

Para que Portugal tenha futuro, é necessário planear, programar, “definir um caminho e estratégia que nos possa permitir chegar mais longe, é isso que tem faltado ao País”.

Na apresentação de Constantino Silva a Vila do Conde, o líder da oposição denunciou que a maioria vive do que foi feito no passado e das circunstâncias, da boa conjun-





tura, mas de pouco mais. E precisamos de um Governo que pense no futuro e não apenas nestas eleições, como parece acontecer”.

## PSD apresenta-se com sentido estratégico para o futuro

Para as próximas autárquicas, o PSD apresenta-se com “realismo e sentido estratégico para preparar o futuro”. Para isso, escolheu os melhores candidatos e as melhores equipas, com “possibilidade de marcar a diferença, olhando para o futuro”. Os concelhos liderados pelo PSD têm uma “ambição diferente, uma relação diferente com a sociedade civil, com pujança e dinamismo”.

Pedro Passos Coelho destacou as características do candidato, que se adequam a tantos outros social-democratas: “é possível mostrar que é possível alcançar desenvolvimento e um dinamismo social e económico mais forte.”

O candidato, que fez o seu percurso em instituições da sociedade civil, fez o presidente do PSD salientar que Portugal precisa de “instituições relevantes na sociedade civil, sendo também necessário equilibrar o esforço, trabalho e competição normal entre as mesmas. O Estado não pode mandar à custa do definhamento das instituições”.





Ação de pré-campanha com o candidato à Câmara Municipal do Porto

# Álvaro Almeida “pode ajudar a recuperar” o tempo perdido



“Temos um candidato que tem não só muita preparação e muita qualidade como também é alguém que pode ajudar a recuperar o tempo que foi perdido na cidade do Porto”, afirmou Pedro Passos Coelho na segunda-feira, 4 de setembro, em ação de pré-campanha com o candidato à Câmara Municipal do Porto, Álvaro Almeida.

O líder social-democrata lembrou que “fechámos, em 2013, um ciclo longo de governação autárquica no Porto que foi conduzido por Rui Rio”. Disse ter-se tratado de “um ciclo que deixou uma casa bem arrumada e preparada para poder olhar para o futuro e para um Porto mais moderno, com uma certa força”. Contudo, terminados quatro anos da gestão autárquica de Rui Moreira “o balanço que fazemos não é muito diferente daquilo que estamos a ver hoje no País, infelizmente”, afirmou o presidente do PSD.



Pedro Passos Coelho considera que, durante os últimos quatro anos, “não se acrescentou, nem preparou nada de relevante para futuro”. “Se não fosse o turismo e a animação, que o turismo trouxe mas que não depende essencialmente da Câmara, se não fosse a herança que ficou, hoje estaríamos com mais problemas”, denunciou. Neste sentido, manter a mesma dinâmica nos próximos anos significa, para o presidente do PSD, “deitar pela janela fora oito anos de oportunidade, de iniciativa, de alguma coisa que possa acrescentar futuro ao Porto”.

Alertou para o facto de os turistas, quando procuram o Porto, fazem-no em busca do que lhe é próprio. “Se o Porto se descaracterizar muito, se a sua base de comércio

e tradicional for desaparecendo, tornar-se-á numa coisa menos distinta” o que, acontecendo, pode fazer com a procura turística diminua.

Pedro Passos Coelho e Álvaro Almeida visitaram, na tarde de segunda-feira, a Associação dos Comerciantes do Porto. O candidato ao município propõe a construção de “um centro empresarial na zona de Campanhã, um grande pólo de atratividade de grandes empresas na área dos serviços e também na área comercial para recuperar emprego”. Álvaro Almeida denunciou, ainda, que há comerciantes que enfrentam problemas como “pressão imobiliária” e “diminuição da procura”.





Pedrógão Grande

## Governo deve explicar o destino dos donativos

“É absolutamente imperioso que o Governo esclareça o valor dos restantes donativos e dê uma explicação acerca dessas quantias e do destino que lhes está a ser dado”, afirmou na terça-feira, 5 de julho, a vice-presidente do PSD, Teresa Morais, depois de o Governo ter revelado, “pela primeira vez”, o valor que se encontra no Fundo Revita. “Foram submetidos termos de adesão de donativos de 3,2 milhões, estando concretamente transferidos 1,9 milhões”, informou, classificando o valor, agora dado a conhecer, como “ridiculamente diferente do divulgado na comunicação social”.

Já em julho e agosto, o PSD questionara o Governo sobre o “exato valor” dos donativos angariados na sequência da tragédia na região de Pedrógão Grande. “A resposta, tardia, chegou pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social”, informou a deputada. “Este valor [1,9 milhões de euros] é - julgo que toda a gente anuirá - muito baixo, se comparado com as expectativas criadas pelos números que foram divulgados”, esclareceu.

“Esse número, que circulou na opinião pública e publicada, nunca teve confirmação oficial, mas a verdade é que ouvimos números que rondavam os 13, 14 milhões [de euros]”, disse. “Precisamente porque nunca foram confirmados pelo Governo e era importante saber qual o valor dos donativos dos portugueses, também das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, é que perguntamos qual o exato valor dos donativos de particulares”, reiterou Teresa Morais.

“O Governo entendeu que devia ser ele a gerir os donativos que os portugueses fizeram na sua expressão



de solidariedade e, no entanto, responde agora que há 1,9 milhões [de euros] no fundo que para isso criou”, afirmou Teresa Morais, denunciando que esta situação

revela, da parte do Governo, “uma total descoordenação e incapacidade de gerir os donativos privados a que se propôs através da criação de um fundo”.



# Governo cria ilusão de mais rendimento

Vivem-se tempos de “ilusão salarial”, denunciou o eurodeputado Paulo Rangel. O Governo repõe rendimentos, mas corta em serviços essenciais à população: Educação, Saúde ou Segurança. É o PSD que tem a “verdadeira matriz social” pois, em anos de recuperação, soube garantir que os serviços não falhavam aos portugueses

“Não há milagres”, disse esta sexta-feira o eurodeputado Paulo Rangel na Universidade de Verão, referindo-se ao cumprimento das metas orçamentais europeias por Portugal. “Na dívida pública as coisas continuam a descambar misteriosamente”, denunciou, acrescentando ser importante averiguar “se há aqui alguma inconsistência grave”.

Com o painel “Portugal e o futuro da Europa” a seu cargo, dia 1, Paulo Rangel manifestou-se preocupado com o facto de o atual Executivo ter acelerado a devolução de rendimentos “aos pensionistas e a função pública para os níveis anteriores ao resgate, quando a ideia seria fazer uma coisa até 2019”. Nas suas palavras, conseguir aumentar a despesa e reduzir o défice, ao mesmo tempo, significa que o Governo “está a fazer cortes radicais em algum lado”.

O eurodeputado confessou que as notícias vindas a público esta semana, a darem conta por exemplo do aumento dos atrasos nas cirurgias, não o surpreenderam. “A prestação hoje é francamente pior”, justificou. “Isto quer dizer que nos anos da troika (que foram anos difíceis em que se estava a recuperar o País) os serviços essenciais foram mantidos”, recordou para logo tecer uma crítica: “mas agora, em anos em que há maior folga, apenas para criar a ilusão de mais rendimento, corta-se nos serviços essenciais”. Deixou, portanto, claro que “a prestação na Educação e no SNS é pior agora do que era em 2013”. Segundo considerou, “isto é inaceitável”.

## Executivo “dá com uma mão e tira com outra”

Paulo Rangel foi rápido a caracterizar o atual executivo: “é o que dá com uma mão e tira com outra”. “Dez euros nas pensões, mas atrasa cirurgias essenciais”, reforçou para perguntar: “o que é que se ganha?”. “Se há um idoso que está à espera de uma cirurgia, com mais 10 euros por mês ele não consegue fazê-la em lado nenhum”, explicou, salientando a necessidade de se ter um SNS eficiente.

Alertando os jovens para a “falência do Estado”, disse que “aquilo que está a acontecer é que o governo da esquerda, da esquerda radical (que supostamente era aquele que defenderia o Estado Social) tem uma política de rendimentos ultraliberal, porque corta na Saúde, na Educação, na Proteção Civil”.

Paulo Rangel afirma não ter “qualquer dúvida de que o caos que se viveu nesta época de incêndios tem que ver com os cortes que este Governo faz”. E deu mais exemplos: “é um exército, como vimos em Tancos, que está paralisado. São as Forças Armadas que estão paralisadas. É a Proteção Civil que está descoordinada. É a Saúde, em que aos atrasos se somam atrasos”.

Paulo Rangel destacou que os portugueses estão a assistir “a um desinvestimento brutal nos serviços do Estado”. Lembrou o executivo anterior, dizendo: “por muito que queiram criticar o nosso governo ele, por força da Troika e da bancarrota que nos trouxe o PS, obrigou Portugal a fazer sacrifícios terríveis, mas há uma coisa de que nos podemos orgulhar: os serviços essenciais não entraram em falência, não falharam”. Salientou, uma vez mais, que “com o Governo Costa, os serviços essenciais na Saúde, na Educação, na segurança de pessoas e bens falharam clamorosamente”.



## “Está-se a criar uma ilusão salarial”

Assim, para o eurodeputado, é importante que se cumpram as metas orçamentais europeias, mas não “à custa da destruição progressiva dos serviços”. “As perdas que esta desmontagem do Estado origina não são cobertas pelos ganhos que são dados às famílias e às pessoas”.

Defendeu, contudo, o aumento dos rendimentos, mas reforçou que a proposta dos social-democratas era que o mesmo acontecesse de forma gradual. Tal como se veio a concretizar, resultou em sacrifícios que, no entanto, não estão a ser assumidos por PS, BE e PCP.

“Está-se a criar uma ilusão salarial” à custa da deterioração dos serviços, denunciou, referindo-se também ao aumento significativo das vítimas nas estradas, “porque a Administração Interna desinvestiu na prevenção rodoviária”. Paulo Rangel afirmou lamentar “que, para cumprir metas europeias e para criar a ilusão do Estado

salarial, tenhamos criado condições de deterioração dos nossos serviços que já causaram vítimas”.

## “PSD tem uma verdadeira matriz social”

O Governo está, então, “a desmontar os pilares do Estado Social” e, para Paulo Rangel, “isto mostra que o PSD tem uma verdadeira matriz social, porque mesmo no auge da crise, quando teve de aplicar os maiores cortes para salvar o País e pô-lo no caminho do crescimento onde agora parece estar, nunca deixou os serviços essenciais irem à falência”.

O eurodeputado esclareceu, assim, que “o Estado Social não é política de rendimentos, não é apenas subir pensões e salários da função pública. É ter um sistema de Saúde a funcionar em condições decentes. É ter Forças Armadas que nos criam um sentimento de confiança, segurança e tranquilidade. É ter forças de Proteção Civil que nos garantam que tragédias, como a de Pedrógão Grande, não ocorrem”.





# José Matos Rosa em Ponte de Sor

O secretário-geral do Partido Social Democrata, José Matos Rosa, esteve na apresentação de candidatura de Normando Sérgio à Câmara Municipal de Ponte de Sor, na sexta-feira, 1 de setembro de 2017.





# PSD questiona ministro da Educação sobre mobilidade dos professores

Os deputados do PSD querem saber porque o Ministério da Educação alterou o procedimento concursal – sem aviso – considerando apenas os horários completos e não os horários incompletos validados e solicitados pelas escolas no concurso de mobilidade interna. Ao grupo parlamentar social-democrata chegaram alertas de inúmeros professores. O procedimento poderá configurar uma ilegalidade e falta de transparência e informação no concurso de 2017.

“São muitos os professores que nos têm contactado sobre este problema”, afirma Amadeu Albergaria, vice-presidente da bancada do PSD. “Na verdade, esta situação apanhou-os a todos de surpresa porque, em momento algum do processo de concurso, o Ministério da Educação informou que só seriam colocados a concurso horários completos, sendo certo que, nos últimos anos, esta situação nunca se verificou”, acrescenta.

Numa pergunta dirigida ao ministro da Educação, os deputados do PSD referem que, após as escolas terem reportado e solicitado a totalidade das suas necessidades temporárias de colocação de docentes para o preenchimento de horários completo e incompletos, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos, este ano o Ministério da Educação apenas considerou os horários completos para o concurso de mobilidade interna. O Ministério remeteu todos os horários incompletos para as futuras reservas de recrutamento. Uma alteração concursal que, segundo os professores e escolas, nunca foi devidamente apresentada pelo Ministério.

Apesar do Ministério afirmar que “a atribuição de horários feita prioritariamente para os horários completos e docentes do quadro é uma decorrência da lei, até porque os docentes do quadro recebem sempre o salário completo” (o que, para o PSD, parece sugerir haver uma intenção puramente economicista na atual interpretação da tutela), os professores alegam que se está perante uma violação da lei (artigos 25º e 27º do decreto-lei nº 28/2017, de 15 de março), já que no concurso de mobilidade interna não foram consubstanciadas as colocações de horários incompletos.

Amadeu Albergaria considera que é urgente “responder às questões dos professores, a que damos voz nesta pergunta, porque é a vida deles que, sem pré-aviso, se vê completamente alterada e sujeita a situações dramáticas do ponto de vista familiar.” E acrescenta: “Precisamos de respostas em tempo útil, ou é caso para perguntar se é esta a sensibilidade social de PS, PCP, PEV, BE e PAN?”



Acompanhe-nos  
no dia-a-dia...

PSD  
TV



Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade  
do PSD



Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras



# Acentua-se a “degradação no SNS”



O vice-presidente do grupo parlamentar do PS, Miguel Santos, alerta que se está a agravar o “clima de degradação” no Serviço Nacional de Saúde (SNS), o qual atribui à conflitualidade com o Governo. “Temos vindo a assistir a um clima de degradação no SNS visível em todos os aspetos, desde o aspeto financeiro, da dívida ou assistencial e isso relaciona-se com o clima de conflitualidade patente no SNS em que o atual Governo se exime de dar respostas e de assumir responsabilidades”, declarou Miguel Santos, dia 29 de agosto, em conferência de imprensa.

A degradação contínua do SNS está também relacionada com a falta de investimento que existe por parte do Governo de António Costa, que é o mais baixo dos últimos anos, e é desta forma que tem procurado controlar as contas públicas, sublinhando que “quem paga a fatura” é a saúde dos portugueses.

## Revisão da carreira de enfermagem

“O PSD está seriamente preocupado com o protesto dos enfermeiros especialistas, já que o mesmo pode pôr em causa a qualidade da assistência às mulheres grávidas e o bom funcionamento dos blocos de parto no Serviço Nacional de Saúde (SNS)”, afirmou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

De acordo com Miguel Santos, “a necessidade de revisão da carreira de enfermagem, criando novamente a categoria de enfermeiro especialista, não é um problema novo ou que o Governo não conheça desde 2016”. Ainda em julho, “o PSD apresentou uma pergunta ao Governo e, na resposta, o Executivo não assumiu qualquer compromisso para resolver esse problema que, recorde-se, foi criado em 2009 por um anterior Governo socialista, quando este extinguiu a referida categoria”, explica.

“O ministro da Saúde vem, ao longo de meses, assegurando aos portugueses que o serviço está garantido, o que não se revela verdade, e aos enfermeiros especialistas que a negociação será terminada e os seus direitos reconhecidos, o que também não se verifica”, salienta o deputado. “Infelizmente, esta é uma prática habitual do atual ministro que quase nunca cumpre o prometido, como ainda recentemente sucedeu com os médicos do SNS e outros profissionais de saúde”, acrescenta.

“O que importa, agora, neste caso, é saber quais são as alternativas perante situações de emergência ou mesmo para acompanhamento de gravidez e como serão garantidos os direitos de acesso aos cuidados de saúde por parte das mulheres grávidas”, diz o social-democrata.

“O PSD apela, uma vez mais, ao ministro da Saúde para que este saia da sua zona de conforto e assuma diretamente as negociações com os enfermeiros, corrigindo uma injustiça criada há oito anos por outro governo socialista. Se o não fizer, será responsável pelos constrangimentos que se vierem a verificar nas unidades de saúde do SNS”, acusa.

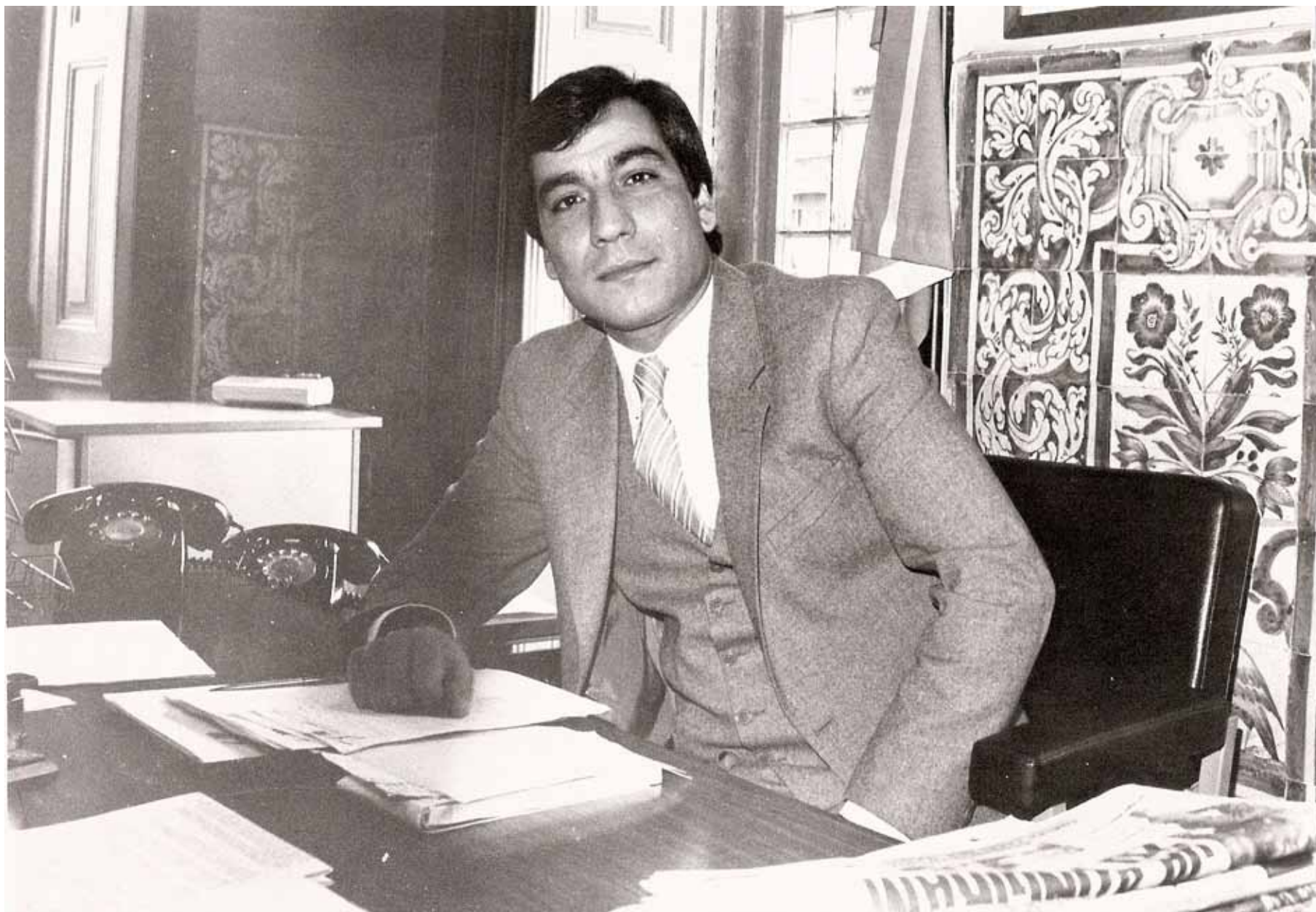
## António Costa, em setembro de 2015

No dia 24 de agosto, os enfermeiros especialistas em saúde materna e obstetria estiveram em protesto. Na sua ação, defendiam a criação de uma categoria específica e remuneração de acordo com as funções que desempenham.

Em resposta a pergunta do PSD, o Ministério da Saúde lembrou que existem dois regimes distintos (carreira especial de enfermagem ou carreira de enfermagem), regulados por decretos-lei de 2009 que deixaram “de prever a categoria de enfermeiro especialista nos termos previstos no anterior regime jurídico da carreira de enfermagem” (de 1991).

António Costa, enquanto candidato a primeiro-ministro, destacava em setembro de 2015 que “os enfermeiros e as enfermeiras são elementos fundamentais da qualidade da saúde que é prestada aos portugueses”. Disse, então, contar com todos para “em conjunto melhorarmos o Serviço Nacional de Saúde”.





## Francisco Antunes da Silva (1948-2017)

O Partido Social Democrata recebeu com grande consternação a notícia do falecimento de Francisco Antunes da Silva e expressou o seu mais sentido pesar. Eleito secretário-geral do PSD no XI Congresso, que decorreu em Braga, em 1984, esteve lado a lado com Carlos Alberto Mota Pinto, presidente eleito na altura, assim como com Rui Machete e Amândio de Azevedo, na defesa de reformas estruturais para o país, durante o governo do Bloco Central.

Em 1983, foi eleito deputado por Castelo Branco, cargo que voltou a desempenhar nas IV, V, VI e VII legislaturas, até outubro de 1999. Advogado, foi ainda um participante ativo da vida cívica, tendo sido fundador dos Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim, de onde era natural. A luta contra os incêndios era, aliás, uma das suas causas. Tal como o próprio afirmou na Assembleia da República, em 17 de junho de 1991, “o flagelo dos incêndios florestais constitui para a sociedade em geral uma preocupação permanente, comumente sentida. Do mesmo modo, a sua erradicação ou pelo menos uma significativa redução surge como objetivo por todos reclamado”.

Foi sempre um homem que levou a política com muita convicção e seriedade. O Partido Social Democrata não esquece o seu contributo para a vida política e para a social-democracia, com intervenções notáveis no Parlamento, e endereça à sua família as mais sentidas condolências.

Francisco Antunes da Silva nasceu em 4 de março de 1948 em Cernache do Bonjardim, Sertã, Castelo Branco. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Foi administrador da UNICRE, secretário-geral do Ministério da Administração Interna, membro do Gabinete de Estudos do PSD, vereador da Câmara Municipal de Cascais, presidente, vice-presidente e vogal da Comissão Política de Cascais do PSD e vice-presidente do grupo parlamentar.





# Desemprego é “muito preocupante” nos Açores



Os Trabalhadores Social-Democratas dos Açores (TSD/A) consideram que os números regionais do desemprego, “superiores à média do país”, e a precariedade laboral continuam a ser “muito preocupantes”. De acordo com os TSD/A, que reuniram, sábado, o conselho regional em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, no segundo trimestre de 2017 o número de desempregados “subiu em relação ao período anterior, cifrando-se em mais 761 açorianos sem rendimentos do trabalho”.

“Isto apesar da evolução positiva, que também se regista no país, em face de uma conjuntura internacional favorável e de medidas estruturais desenhadas e iniciadas na legislatura anterior”, refere em comunicado aquela estrutura, cujo atual líder, Joaquim Machado, é recandidato ao cargo.

Os TSD/A afirmam que existe um “elevado número de trabalhadores integrados em programas de ocupação temporária”, havendo mais de seis mil que “não figuram nas estatísticas do desemprego, mas efetivamente não dispõem de emprego, nem de qualquer vínculo laboral com as entidades que os acolhem”.

Os TSD sublinham que por diversas vezes têm afirmado que os programas ocupacionais são necessários, mas que isso não pode dar “azo à utilização abusiva de mão-de-obra barata por parte das entidades públicas, em muitas situações, para fazer face a necessidades permanentes”.

“Importa, pois, denunciar a precariedade laboral que o próprio Governo Regional pratica e fomenta, dando um mau exemplo às empresas dos Açores”, refere-se no comunicado, que dá o exemplo dos enfermeiros e professores.

Neste momento, “mais de 19 mil os açorianos não têm emprego e esse é um flagelo social que urge combater com medidas mais assertivas e políticas de verdadeiro desenvolvimento económico”.

Na administração pública regional, apontam os TSD/A, é “urgente e necessário” o descongelamento das carreiras, com a consequente negociação da contagem do tempo de serviço, “num processo de diálogo construtivo e participativo, entre o Governo Regional e os sindicatos representativos dos funcionários públicos dos Açores”.

Foi agendado para 01 e 02 de dezembro o VIII Congresso dos TSD/Açores, que terá lugar na cidade da Horta, ilha do Faial.



# POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [psd@mail.telepac.pt](mailto:psd@mail.telepac.pt)

PSD  
OFERTA

Homenagem conjunta PSD/PP a Sá Carneiro e Amaro da Costa

## O seu exemplo exige-nos coragem, decisão e obra e não palavras, eleitoralismo e adiamentos

páginas 6 e 7

Marques Mendes denuncia

## Governo pára obras durante o ano de 1999

página 3

Conferência de Imprensa do Grupo Parlamentar e Autarcas

## Santana Lopes apela à maior descentralização do poder

página 10

Deputados em Évora

## Guterres esqueceu-se da promessa de combater o abandono do interior

página 5



## Marcelo defende mais fundos estruturais junto de Embaixadores da UE

Durante um almoço, na Sede Nacional do PSD, com os Embaixadores dos países da União Europeia acreditados em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa defendeu a necessidade de mais fundos estruturais para Portugal. De facto, o líder do PSD classificou de inaceitável a proposta da presidência austríaca da União Europeia no sentido de reduzir aqueles fundos.

"Não podemos tolerar que Portugal pague a factura daquilo que se quer fazer na Europa", afirmou ainda Marcelo.

O presidente do PSD manifestou a intenção de "afinar o discurso com o Governo" quanto às matérias que começarão a ser discutidas na Conselho Europeu de Viena, no próximo dia 11, com o Fundo de Coesão, o alargamento a leste e a Chipre e as perspectivas financeiras para o período de 2000 a 2006. Marcelo mostrou-se também preocupado com a crescente "saída de capitais estrangeiros" de Portugal, que considerou significarem desemprego e paragem de muitas empresas. Nesse sentido, sensibilizou os Embaixadores para a necessidade da permanência no País dessas empresas.

Edição n.º 1170 do "Povo Livre", de 2 a 9 de dezembro de 1998. Manchete: "Homenagem conjunta PSD/PP a Sá Carneiro e Amaro da Costa: O seu exemplo exige-nos coragem, decisão e obra e não palavras, eleitoralismo e adiamentos". Maria Eduarda Azevedo era a diretora do "Povo Livre".





# Eleições em Angola: factos e observação

Marco António Costa (\*)

Particpei, enquanto membro da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na Missão de Observação às Eleições Gerais de Angola, que se realizaram no passado dia 23 de agosto. O convite foi dirigido à CPLP pelas autoridades angolanas e, juntamente comigo, em representação do Parlamento português, participaram o deputado do Partido Socialista Porfírio Silva e o assessor de relações internacionais Rodrigo Knopfli, entre os dezasseis observadores da CPLP que constituíram essa missão. No meu caso concreto, acompanhei o processo da eleição no município de Viana, o mais populoso da província de Luanda, o que me levou a visitar as populações que aí vivem ainda com muitas

dificuldades e carências. As breves impressões que a seguir relato decorrem, portanto, exclusivamente da minha observação direta no local desse momento marcante vivido pelo povo angolano. Durante 48 horas, quer na véspera para acompanhar os atos preparatórios quer no dia do ato eleitoral, da abertura ao fecho das urnas, tive a oportunidade de acompanhar, em mais de 20 assembleias de voto e de 60 urnas, o modo como decorreram estas eleições gerais, as quartas desde a independência de Angola em 1975, e que, por marcarem uma mudança de ciclo, consubstanciaram um momento histórico para aquele país.

O primeiro facto a registar, e porventura o mais relevante, é que as eleições em Angola foram irrepreensíveis do ponto de vista democrático. Esta não é uma constatação de somenos, sobretudo quando partilhada pela totalidade das organizações internacionais que, como observadoras independentes, acompanharam o ato eleitoral. Como a própria Missão da CPLP sublinhou na sua declaração, tratou-se de “eleições livres, credíveis e pacíficas, que contribuem para o reforço das instituições democráticas, a coesão nacional e o amplo exercício da cidadania”. Da minha parte, e falando do que vi e do que assisti, constatei com grande apreço circunstâncias muito interessantes e muito promissoras para o futuro da nação e do povo angolanos. Agora, cabe a quem venceu não defraudar o povo, continuando a procurar os equilíbrios indispensáveis para garantir uma paz social duradoura.

Realço, como tais circunstâncias promissoras, a forte presença dos delegados das diferentes formações partidárias em todas as assembleias e mesas de voto que pude observar, numa expressão de maturidade e pluralismo democráticos assinaláveis. Em todos era comum encontrar uma postura séria de fiscalização do processo e com voz ativa no mesmo, representantes do MPLA, UNITA, CASA-CE, FNLA e PRS. Em particular, destaco a entusiástica e maciça participação política dos jovens em representação dos partidos. Esta forte presença da juventude também era o sustentáculo de funcionamento das mesas destas eleições. Importa também assinalar uma forte ação das mulheres. Tais participações abrem fundadas razões de esperança numa vivência mais empenhada, mais alargada e mais aprofundada do povo angolano na democracia e na vida pública do seu país.

Uma palavra, ainda, para as várias entidades públicas envolvidas no processo eleitoral, desde as autoridades de segurança à Comissão Nacional Eleitoral, que não apenas garantiram condições de grande organização e tranquilidade, como sobretudo atuaram com grande sentido de imparcialidade.

Fundamental, agora, é que deste processo não saiam fraturas e que a paz e a democracia se continuem a consolidar como elementos centrais da sociedade angolana. Vencer os prementes desafios que tem pela frente (na educação, na saúde, na criação de infraestruturas essenciais, no combate às desigualdades), vencer, em suma, o desafio do desenvolvimento, é o que o povo angolano e também nós, portugueses esperamos deste novo ciclo que se abre em Angola.

(\*) Vice-presidente do PSD



# “Autoeuropa, mais um reflexo da geringonça”

Maria Luís Albuquerque (\*)

30 de agosto de 2017 é um dia histórico na indústria portuguesa, infelizmente pelas piores razões. Pela primeira vez em 26 anos, desde que a fábrica da Volkswagen se instalou em Portugal, realiza-se uma greve. O grau de adesão que a mesma venha a registar terá impacto no prejuízo financeiro que a empresa vai registar e que pode chegar, por dia, aos 5 milhões de euros com uma quebra de produção de 400 carros. Além do impacto nas exportações nacionais, o nosso mais determinante motor de crescimento económico. Mas o prejuízo que causa na reputação de uma empresa que tem sido

reconhecida como das mais produtivas do grupo e onde sempre houve paz laboral, esse, já é irreversível e as suas consequências podem ser da maior gravidade.

O significado político desta greve é alarmante, mesmo se não surpreendente. O PCP apoia este governo porque isso lhe permitiu garantir, pelo menos por mais uns anos, a sobrevivência da CGTP. Com as reversões das concessões a privados dos transportes públicos de Lisboa e Porto, assegurou que a CGTP mantém um poder de intervenção política que é completamente desproporcionado face aos trabalhadores que efetivamente representa. Mas só alguém desatento ou otimista acharia que o PCP ficaria por aqui. O combate à iniciativa privada, particularmente aquela que é bem-sucedida na criação de riqueza e de postos de trabalho, faz parte da cartilha dos partidos da extrema-esquerda e era só uma questão de tempo até que se tornassem mais visíveis os contornos desta estratégia.

A saída de António Chora, que se reformou no início deste ano, da liderança da comissão de trabalhadores da Autoeuropa, desequilibrou os poderes dentro da fábrica e permitiu aos sindicatos afetos à CGTP alcançar o que há muito pretendiam sem sucesso: impor à Autoeuropa a sua cultura de direitos adquiridos, sem atenção aos deveres, desprezando (ainda que não ignorando) os impactos que tal alteração pode trazer. No melhor dos cenários, redução da prevista criação de postos de trabalho. No pior, encerramento a prazo da fábrica e o regresso aos dias negros de desemprego e miséria na Península de Setúbal. É o próprio António Chora que classifica a atuação dos sindicatos da CGTP como populista e que refere o que aconteceu em outras empresas do grupo VW na Europa com a deslocalização de produção: perda de postos de trabalho.

O conflito na Autoeuropa é mais um reflexo da geringonça e do preço que António Costa impõe ao País para ser primeiro-ministro sem ter sido eleito. A troca da aprovação de orçamentos do Estado, do silêncio e cumplicidade de PCP e BE perante o colapso do investimento público e do estrangulamento dos serviços públicos, permite à CGTP que se instale onde até hoje não tinha conseguido entrar. Enquanto o curto prazo correr (aparentemente) bem, continuará a reclamar méritos que não tem e a partilhá-los com PCP e BE. No futuro, alguém será chamado a tentar remediar os estragos e a reerguer de novo um País inutilmente comprometido, mas por ora a manutenção no poder de António Costa e do PS e o reforço progressivo de poder por BE e PCP justificam todos os sapos que se engulam e todos os custos para o nosso desenvolvimento.

(\*) Vice-presidente do PSD



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da secção de Portalegre, para reunir no próximo dia 11 de Setembro de 2017 (segunda-feira) pelas 18h00 na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de trabalhos.

1 – Informações

2 – Eleições Autárquicas 2017

3 – Análise da situação política local e nacional



### BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Braga, para reunir no dia 6 de Outubro de 2017, entre as 19h00 e as 22h00, na sede concelhia do PSD, sito no Largo da Senhora – a – Branca, 116 em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Órgãos Concelhios da JSD Braga

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede concelhia do PSD, sito no Largo da Senhora – a – Branca, 116 em Braga, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

Área de anexos

### NÚCLEO DA VILA DE RIBEIRÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Núcleo da Vila de Ribeirão para reunir no próximo dia 07 de Outubro (Sábado) de 2017, pelas 18h00 na Casa do Povo de Ribeirão, sita na Avenida 3 de Julho, 4760-726 Ribeirão, com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na sede Concelhia do Partido Social Democrata, sita na Rua Adriano Pinto Basto, nº 212, Sala 14, 4760-114 Vila Nova de Famalicão. As urnas estão abertas entre as 18h00 e as 20h00.

# REGULAMENTO DO CONGRESSO DISTRITAL DA JSD BRAGA

## CAPÍTULO 1 | DO PRESENTE REGULAMENTO

### Artigo 1.º (Objeto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do artigo 3.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital de Braga da JSD, no seguimento da decisão nº 4/2017 de 18/05/2017 do Conselho de Jurisdição Nacional que determina a invalidade do ato eleitoral realizado anteriormente e ordena a repetição do mesmo.

### Artigo 2.º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

## CAPÍTULO 2 | DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS

### Artigo 3.º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital bem como da Comissão Política Distrital;
- A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

### Artigo 4.º (Composição e direitos de Voto)

- Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:
  - O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital, regularmente eleita e em exercício de funções;
  - Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b), do artigo 27.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respetiva ata à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;
  - Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do artigo seguinte.
- São ainda membros do Conselho Distrital, ainda que sem direito de voto:
  - A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
  - Os membros da Comissão Política Distrital;
  - Os membros do Conselho Distrital mencionados nas alíneas e), f), g), h), i), j), k) e j) do artigo 4º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.
- A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.
- Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

### Artigo 5.º (eleição de delegados residenciais e elaboração do rateio)

- A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de um delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no n.º 3, do artigo 279, dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo quinze militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:
  - As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Nacional e convocadas pelo seu Presidente;
  - Os atos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
  - Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região;
  - Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação eletrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.
  - Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

### Artigo 6º (direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em ata.

### Artigo 7.º (deveres dos delegados)

- Constituem deveres dos Conselheiros:



- a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD;
- f) Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

#### **Artigo 8.º (participantes e observadores)**

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do Distrito.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

## **CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS**

#### **Artigo 9.º (data e Hora)**

O Congresso Distrital de Braga da JSD decorrerá no dia 13 de outubro de 2017 (sexta feira), em Braga, com início às 20h30, no Hotel Mercure Braga Centro, sito na Praceta João XXI, 4715-036 Braga.

#### **Artigo 10.º (Quórum)**

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3. No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4. Excetua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Distrital até ao início dos trabalhos.

#### **Artigo 11.º (Funcionamento)**

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento, rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

#### **Artigo 12.º (ordem de trabalhos)**

1. Abertura e Boas vindas;
2. Apresentação e discussão das moções sectoriais;
3. Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas;
4. Eleição dos órgãos Distritais mandato 2017/2019 e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 21h e as 23h);
5. Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários;
6. Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados;
7. Encerramento.

#### **Artigo 13.º (Uso da palavra)**

1. A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:
  - a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
  - b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
  - c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
  - d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
  - e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
  - f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
  - g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
  - h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos;
  - i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra;
  - j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

#### **Artigo 14.º (Competências do presidente da Mesa)**

1. Compete ao Presidente da Mesa:
  - a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;

- b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
- d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- g) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

#### **Artigo 15.º (Competências dos Vice-presidentes da Mesa)**

1. Compete aos Vice-Presidentes:
  - a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
  - b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
  - c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

#### **Artigo 16.º (Competências dos secretários da Mesa)**

1. Compete aos Secretários:
  - a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
  - b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
  - c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
  - d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
  - e) Servir de escrutinador;
  - f) Elaborar as atas.

## **CAPÍTULO 4 | DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS**

#### **Artigo 17.º (Moções de estratégia Global)**

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital -e apenas estes- devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas apresentar a Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Atuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.

3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade.

4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

#### **Artigo 18.º (Moções sectoriais)**

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, estando vedadas, portanto, aos participantes ou observadores.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

#### **Artigo 19.º (Apresentação e poder de disposição sobre as Moções sectoriais)**

1. Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

#### **Artigo 20.º (Candidaturas aos órgãos distritais)**

As Listas devem ser apresentadas até às 23h59m do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional ou a quem estatutariamente o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, Sede Distrital da JSD e PSD, sita na Rua de Santa Margarida, n.º 2 - A 2.º Sala 8, 4710-306 Braga.

#### **Artigo 21.º (Distinções Honorárias distritais)**

1. O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excecionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do Distrito, e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes Distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do Distrito, contribuído de forma e mérito excecional para a promoção do ideário da JSD.



3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Conselho Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias, e regem-se pelos mesmos preceitos de qualquer outra votação, sendo as propostas entregues no local, data e hora limite que consta na convocatória para a eleição dos Órgãos distritais.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do respetivo Distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

## CAPÍTULO 5 | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

### Artigo 22.º (Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

### Artigo 23.º (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua publicação no Povo Livre de 6 de setembro de 2017.

## CONVOCATÓRIA ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS DE BRAGA DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários das Concelhias da JSD do Distrito de Braga, para reunirem no próximo dia 6 de outubro (sexta-feira), entre as 19 horas e as 22 horas, nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Delegados Concelhios ao Congresso Distrital da JSD de Braga.

Notas:

1. As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, nos locais indicados na tabela abaixo, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e o Regulamento Eleitoral da JSD.

2. A entrega das listas de delegados candidatas ao ato eleitoral e os respetivos atos eleitorais realizam-se nas sedes concelhias, cujos endereços postais constam do sítio da internet [www.psd.pt](http://www.psd.pt) e que se listam na tabela abaixo.

3. Qualquer esclarecimento procedimental deve ser dirigido ao respetivo Órgão nacional, para a sede nacional da JSD, através do correio eletrónico [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com), ou por correio registado com aviso de receção.

Concelhia	Endereço Postal	Dia   Hora limite entrega listas	Dia   Hora do ato eleitoral
Amares	Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36 4720-079 Ferreiros – Amares	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Barcelos	Av. Alcaldes de Faria, n.º 270 - 1.º Dt. 4750-106 Barcelos	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Braga	Largo da Senhora-a-Branca, n.º 116 4710-926 Braga	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Cabeceiras de Basto	Rua das Pondres (Quinchoso) Refojos de Basto 4860-402 Cabeceiras de Basto	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Celorico de Basto	Rua Rodrigo de Sousa e Castro, Edf. São Silvestre Bloco C - Loja 5 4890-377 Celorico de Basto	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Esposende	Largo Dr. Fonseca Lima, n.º 14 - A 4740-223 Esposende	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Fafe	Praça 25 de Abril 4820-261 Fafe	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Guimarães	Largo do Toural, n.º 125 4810-427 Guimarães	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Póvoa de Lanhoso	Rua Comandante Luís Pinto da Silva, n.º 1 - 4.º A 4830-909 Póvoa do Lanhoso	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Terras de Bouro	Av. Artur Adriano Arantes, Nº 175 4840-100 Terras de Bouro	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Vieira do Minho	Avenida Barjona de Freitas Edifício Alto Minho 4850 – 521 Vieira do Minho	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Vila Nova de Famalicão	Rua Adriano Pinto Basto, 212 - 3º Sala 14 Centro Comercial Vinova 4760-114 Vila Nova de Famalicão	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Vila Verde	Rua 1.º de Maio, n.º 33 - 1.º Trás 4730-736 Vila Verde	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h
Vizela	Rua Joaquim Pinto, n.º 130 - B 4815-434 Vizela	3/Out. 23h59m	6/Out.   19h – 22h